

## A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NA TERRA DA MELANCIA: A mobilidade espacial do trabalho e do capital em Uruana-GO

Jéssyca Tomaz de Carvalho <sup>1</sup>  
Adriano Rodrigues de Oliveira <sup>2</sup>

### Resumo

O município de Uruana-GO é caracterizado pela atuação de diferentes sujeitos em seu contexto agrário. Neste texto, identifica-se essa realidade tanto pelo tradicional cultivo de melancia que mesmo sob a influência do processo de modernização da agricultura, tem participação expressiva de camponeses; quanto pelo recente processo de territorialização do Agronegócio Canavieiro. Nota-se que a expansão do Agronegócio Canavieiro, se dá em uma ação orquestrada entre o Estado e o capital privado. A centralidade desta análise é compreender a mobilidade espacial do capital e do trabalho neste cenário. Para atingir tal objetivo foi realizada a revisão bibliográfica e levantamento de dados em fontes secundárias; bem como foram consideradas investigações de campo efetivadas no recorte territorial em foco. Os resultados evidenciam o processo de mobilidade decorrente das disputas territoriais neste espaço, demarcando uma reestruturação produtiva no município, com o gradativo arrefecimento da produção de melancia.

**Palavras-chave:** melancia, cana-de-açúcar, agronegócio, mobilidade do capital e do trabalho.

### Introdução

O presente estudo resulta de uma trajetória de pesquisa constituída na Graduação e Mestrado em Geografia entre os anos de 2013 e 2017. Em 2013 na Graduação, foi realizada a pesquisa intitulada “A territorialização do Agronegócio e os impactos da produção de Melancia em Uruana/GO” e em 2017 foi defendida a dissertação de título “Os efeitos do Agronegócio Canavieiro e da Mobilidade Espacial do Trabalho no Centro-Norte goiano a partir do Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011)”.

Em linhas gerais, problematizou-se nesse processo de investigação os efeitos da territorialização do Agronegócio no Cerrado goiano. A centralidade deste estudo é a compreensão dos processos de mobilidade espacial do Trabalho e do Capital no município de Uruana-GO, considerando que esta análise revela parte da complexidade dos efeitos da territorialização do Agronegócio no Cerrado.

Para obtenção dos dados apresentados, foram realizadas pesquisas de campo com a interação por meio de diálogos com os sujeitos sociais, pautando-se no método da História Oral de Vida, sendo camponeses, trabalhadores do corte de cana e da produção de melancia,

---

<sup>1</sup> Discente no Programa de Pós-Graduação em Geografia no Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG) – [jessyca\\_tc@hotmail.com](mailto:jessyca_tc@hotmail.com)

<sup>2</sup> Docente nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia no Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG) – [adriano.ufg@gmail.com](mailto:adriano.ufg@gmail.com)

representantes do poder público, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Pastoral do Migrante. Tais interlocutores foram essenciais para desnudar os principais aspectos sobre o fenômeno estudado.

Além disso, contou-se com o levantamento de dados em fontes secundárias como IBGE e Canasat, bem como a revisão bibliográfica para a compreensão da realidade empírica estudada. Como instrumentos de pesquisa, o caderno de campo e o registro de imagens foram fundamentais.

Diante disso, na primeira parte do texto, será apresentado um breve histórico da produção de melancia no município e a territorialização do Agronegócio Canavieiro; enquanto a segunda parte se dedicará a pontuar alguns efeitos na dinâmica territorial decorrente das disputas existentes neste espaço e na terceira parte será abordada a mobilidade espacial neste cenário de disputa.

Algumas categorias e conceitos fundamentais dão suporte à análise neste artigo. Entre eles, destacam-se: Território, Agronegócio e Mobilidade Espacial. A escolha destes aportes teóricos para a leitura de uma realidade empírica se deram a partir de pontos de vistas que demarcam a necessidade de se atentar aos conflitos e disputas inerentes à expansão contraditória do capital e a sua reprodução ampliada.

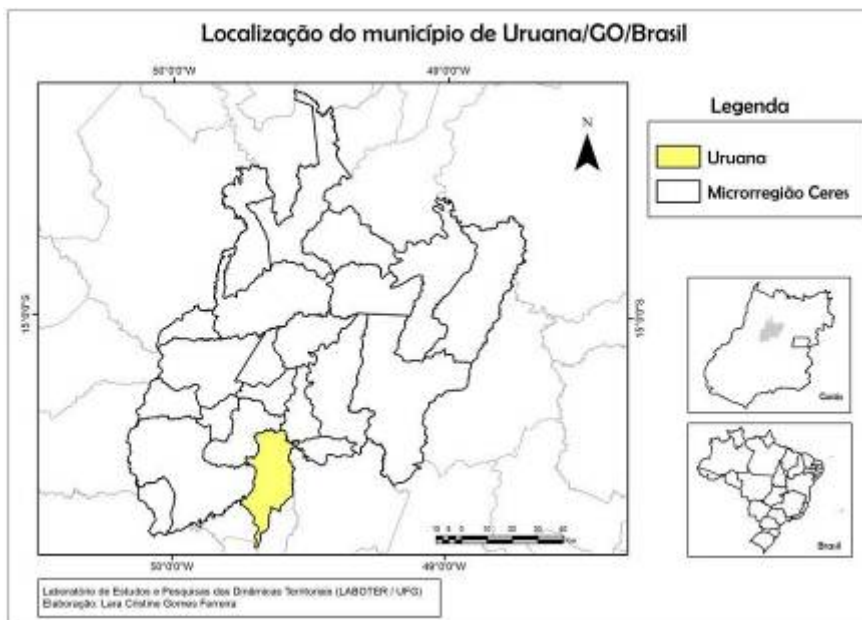
Adota-se a categoria Território, conforme as contribuições de Raffestin (1993), por sua capacidade de dimensionar o conflito e as relações de poder. No recorte desta pesquisa, é importante destacar ainda o papel do Estado na produção de Territórios, conforme evidenciado por Arrais (2013).

O conceito de Agronegócio Canavieiro (CARVALHO, 2017, p.26) foi utilizado para demarcação do conteúdo teórico-político-ideológico visando uma leitura desmistificada sobre este projeto hegemônico (DELGADO, 2012). Em outras palavras, busca-se com o uso deste conceito, evidenciar as principais características desse modelo de produção baseado no monocultivo e os seus efeitos; superando-se a limitação do significado “negócio no campo”.

Por fim, a abordagem sobre mobilidade espacial se dá por uma perspectiva teórica neomarxista, que entende a mobilidade como resultado das demandas do capital sob uma perspectiva de classe, lendo a mobilidade enquanto uma das formas de exploração para acumulação (CARVALHO, 2017), (GAUDEMAR, 1977) e (BECKER, 1977).

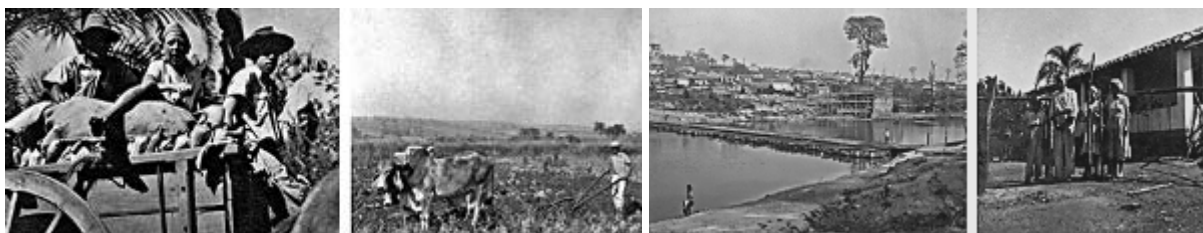
## **A histórica produção de melancia em Uruana-GO**

A formação territorial de Uruana é fortemente influenciada pela implementação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) na década de 1940 no espaço que atualmente se constitui o município de Ceres-GO, cuja sede está situada à aproximadamente 40 km de Uruana. O mapa seguinte situa a microrregião e o município espacialmente.



Elaboração: Lara Cristine Gomes Ferreira (2017); Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER – UFG)

A microrregião de Ceres, que naquele período era conhecida como Mato Grosso Goiano<sup>3</sup>, foi incorporada ao projeto de Vargas de expansão econômica no interior do país que ficou conhecido como Marcha para o Oeste. Na figura 01, pode ser observado algumas características que pautaram a CANG, destacando-se os migrantes, a infraestrutura constituída na sede regional e as técnicas de cultivo agrícola, ainda baseadas na tração animal.



**Figura 01: Imagens da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) em 1954**

Fonte: Acervo IBGE (2017). Org.: Carvalho (2017).

Para Ferreira (2010) e Castilho (2012) muitos dos objetivos da CANG, foram fracassados, mas o processo de expansão da fronteira agrícola com a agricultura convencional

<sup>3</sup> A região foi caracterizada com esse nome em função da concentração da presença originária de Mata Atlântica, em uma área de Domínios dos Cerrados.

foi uma das principais características da instalação da Colônia que influenciou toda região àquela época. Naquele período a produção de cereais e o rebanho bovino caracterizavam a atividade econômica do município, impulsionada pelo acesso à rodovia federal – BR 153. Mas é no final da década de 1960 e início da década de 1970 que se iniciam as primeiras experiências com o monocultivo de melancia no município – período conhecido pela modernização conservadora da agricultura (GUIMARÃES, 1977) nas regiões de Cerrado e no Brasil.

Para Macêdo (2001) esse momento, foi um marco na dinâmica socioespacial de Goiás. A autora entende que com a especificidade da produção de melancia, Uruana juntamente com os municípios vizinhos e contíguos, como Carmo do Rio Verde, Itapuranga e Jaraguá passaram a configurar um polo regional de influência em abrangência escalar com a exportação do fruto para outros estados e outros países como Argentina.

Essas experiências de monocultivo de melancia se iniciaram em propriedades camponesas nos municípios de Uruana e Itapuranga e rapidamente se expandiram quanto ao número de produtores e à escala de produção, gerando, por conseguinte, uma identidade simbólica retroalimentada como turística em torno do monocultivo para o município de Uruana, conforme pode ser evidenciado no monumento construído na entrada principal da cidade apresentado na Figura 02.



**Figura 02: Monumento localizado na entrada da cidade de Uruana-GO**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Autora: Jéssyca Tomaz de Carvalho (2017).

Nesse sentido, em 1978 foi realizada a primeira Festa Estadual da Melancia no município. Em 1993 a festa adquire âmbito nacional e em 2017 foi realizada a primeira festa internacional (FIGURA 03), de modo que em certa medida “a festa anuncia as transformações e os resíduos do campo goiano, aglutinados pela modernização da agricultura” (CARVALHO, 2013, p.36).



**Figura 03: Primeiros cartazes da Festa Estadual (1978), Festa Nacional (1993) e Festa Internacional da Melancia (2017)**

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Autora: Jéssyca Tomaz de Carvalho (2017).

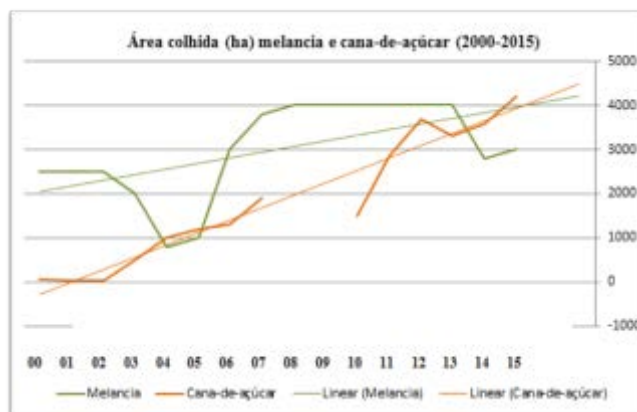
Em 1974 produtores de melancia de São Paulo chegam à Uruana promovendo a incorporação de novas tecnologias. “Em 1997/1998 a produção passa a ser exportada para Argentina; sendo que por exigência Sanitária, por complicações quanto ao uso de agrotóxicos, no período de 1999 a 2005 há a suspensão dessa exportação [...] somente em 2006 Uruana passa a ser habilitada a exportar para Argentina novamente” (CARVALHO, 2013, p.33, 34).

Conforme observado em pesquisa de campo, em 2013 os agricultores se depararam com problemas na produção por conta da ação de viroses; comprometendo, inclusive, a exportação da fruta. Alguns produtores afirmam que a exportação de melancia caiu nesse período. Muitos dos produtores entrevistados acreditam que o problema com pragas e com a polinização em grande medida decorre da expansão da produção canavieira e o respectivo uso de agrotóxicos, que faz surgir no município novos tipos de pragas e provoca a morte de abelhas.

Conforme dados disponibilizados pelo IBGE, observa-se, sobretudo a partir dos anos 2000, a expansão do monocultivo de cana-de-açúcar no município e na região. Para Delgado (2012) é principalmente nesse período que o Agronegócio se apresenta como uma alternativa à crise, possível para a sustentação da economia brasileira manifesta no discurso que se constitui numa estratégia para a expansão do projeto hegemônico capitalista que é garantido pelo Estado, pela Mídia e pela Academia. Outrossim, torna-se cada vez mais necessária uma leitura crítica sobre o conteúdo político-ideológico-conceitual do Agronegócio. Para o autor supramencionado, é nesse período que identifica-se a passagem da modernização da agricultura à economia do Agronegócio enquanto projeto hegemônico.

Em 2000 Uruana apresentava de acordo com dados do IBGE uma área colhida de melancia de 2.500 hectares em contraponto à apenas 50 hectares de cana-de-açúcar. Em 2005 - período em que houve o arrefecimento da produção de melancia pelo comprometimento do cultivo por pragas (CARVALHO, 2013), a área colhida diminuiu para 1.000 hectares, e a área colhida de cana-de-açúcar cresceu 24 vezes passando a ser de 1.200 hectares (superior a produção de melancia).

Em 2010 a produção de melancia toma fôlego novamente e a área colhida de melancia torna a ser superior à cana-de-açúcar com 4.000 hectares. Todavia, observa-se que a produção de cana-de-açúcar permanece sendo em 1.500 hectares. Nos anos seguintes, a área colhida de melancia permaneceu, chegando a cair em 30% em 2014, enquanto a área colhida de cana-de-açúcar chegou a crescer em 64% em 2015. As oscilações da área colhida de melancia e cana-de-açúcar, podem ser observadas no gráfico da Figura 04, a seguir:



**Figura 04: Área colhida de melancia e cana-de-açúcar no município de Uruana entre os anos 2000 e 2015 e tendência linear**

Fonte: IBGE (2017).

Organização: Carvalho e Oliveira (2017).

Nota: Não há informações disponíveis para os anos de 2008 e 2009 quanto à área colhida de cana-de-açúcar.

Observam-se no gráfico da Figura 04, as linhas de tendência de previsão linear que revelam o arrefecimento da área colhida de melancia quando comparado ao crescimento da área colhida de cana-de-açúcar; o que em grande medida significa também diversos efeitos sobre a dinâmica socioespacial do município. Desde o cerceamento da (re)produção camponesa à dinâmica da mobilidade espacial do trabalho, conforme será analisado no próximo tópico.

### **Melancia e cana-de-açúcar: dinâmicas e disputas territoriais**

Como evidenciado no tópico anterior a expansão da área colhida de cana-de-açúcar no município se deu principalmente em alguns marcos temporais, sendo estes: a partir de 2002 e a partir de 2010. Diante disso, cabe lembrar alguns elementos que justificam esses marcos. O primeiro deles corresponde ao fato de que “em 2002 entra em funcionamento em Carmo do Rio Verde a usina CRV Industrial do grupo Japungu da Paraíba, que em 2001 comprou a desativada Carval” (CARVALHO, 2017, p. 76).

Carmo do Rio Verde é município limítrofe à Uruana e conforme esclarece Silva (2016) o fator logístico é primordial para que haja lucro efetivo para os proprietários das usinas, de modo que a lavoura deve situar-se à no máximo 50 km de distância da unidade de processamento. Além disso, no ano de 2002 destaca-se também “a produção de carros com a tecnologia *flexfuel* [...] com o incentivo da produção e consumo de etanol” (CARVALHO, 2017, p. 77).

Outro fator de influência corresponde ao fato de que entre os anos de 2006 e 2011 houve no Brasil a implementação do Plano Nacional de Agroenergia, que significou não só para Uruana, mas para o estado de Goiás, uma nova dinâmica no processo de territorialização do Agronegócio Canavieiro.

Essas mudanças puderam ser observadas nas paisagens e nos rearranjos territoriais de Uruana ao longo dos anos. Não somente os dados estatísticos evidenciam essa realidade, como os relatos da população local e os signos presentes na paisagem observada. As imagens da Figura 05 evidenciam o quanto a produção de melancia tem se encontrado “cercada” pela produção de cana-de-açúcar no município.



**Figura 05: Imagens de pontos de venda de melancia encurraladas entre às margens da GO - 154 e o cultivo de cana-de-açúcar no município de Uruana-GO**

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Autora: Jéssyca Tomaz de Carvalho (2017).

A disputa territorial entre os cultivos se revelam também por meio das narrativas dos produtores sobre a questão hídrica e o desequilíbrio do ecossistema local. Alguns elementos sobressaem nos relatos: a outorga para uso de água na produção de cana-de-açúcar e as

dificuldades para o licenciamento em relação a produção de melancia; o uso indiscriminado e ilegal de motores para extração de água em ambas produções; a morte de abelhas necessárias para produção de melancia, consequência da pulverização aérea nos cultivos de cana-de-açúcar; entre outros.

Em trabalho de campo realizado no corrente ano (2017) no período de colheita da melancia, estes relatos puderam ser observados empiricamente. Nas imagens da Figura 06, pode-se observar a instalação de infraestrutura para extração de água do rio Uru (rio que abastece a cidade de Uruana) para irrigação da cana-de-açúcar.



**Figura 06: Imagens da instalação de infraestrutura para extração de água do rio Uru para irrigação do cultivo de cana-de-açúcar**

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Autora: Jéssyca Tomaz de Carvalho (2017).

No círculo azul, da primeira imagem, observa-se a área urbana do município de Uruana-GO; ao passo que no círculo vermelho, identifica-se o ponto de captação de água no rio Uru. Nos círculos verde e amarelo, da segunda e terceira imagens da Figura 06, destacam-se respectivamente a lavoura de cana-de-açúcar e a parte do cultivo que foi incendiada antes do período apropriado para colheita. Conforme relatos da população local, o incêndio de parte do cultivo de cana-de-açúcar antes do período da colheita, ocorreu por iniciativa da própria população local, como uma forma de protesto no âmbito das disputas hídricas entre a população local e a usina.



Na imagem da Figura 07, a seguir, observa-se a pauta das abelhas, como um dos temas dos carros alegóricos no desfile da primeira festa internacional da melancia em 2017. Como já mencionado, as abelhas assumem um papel importante no equilíbrio do ecossistema local para condições naturais da produção de melancia e outros cultivos característicos da produção heterogênea camponesa. Assim, crianças vestidas de abelhas e com acessórios representando a produção de melancia desfilaram na Festa da Melancia 2017, seguidas de outras crianças representando o trabalho e a cultura camponesa. Temas como poluição, inclusão social, educação, água, formação de Uruana e outros, também foram tratados no desfile da festa.



**Figura 07: Imagens I Festa Internacional da Melancia 2017 - Carro alegórico sobre a importância das abelhas**

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Autora: Jéssyca Tomaz de Carvalho (2017).

O Dossiê da Abrasco (2015) apresenta várias pesquisas que demonstram o risco da diminuição das abelhas em nível nacional e internacional em função do uso indiscriminado de agrotóxicos que tem matado esses insetos indispensáveis para a polinização vegetal no mundo – o que inclui a produção agrícola:

Estima-se que aproximadamente 73% das espécies vegetais cultivadas no mundo sejam polinizadas por alguma espécie de abelha. Esses insetos são importantes na polinização de muitas culturas agrícolas comerciais, tais como melão, maracujá, laranja, caju, alfafa e café (FREITAS; IMPERATRIZ-FONSECA, 2005; IMPERATRIZ-FONSECA *et al.*, 2005 *apud* CARNEIRO *et al.* 2015. p. 133, ).

Além dos efeitos já mencionados, a mobilidade espacial, constitui-se enquanto importante aspecto a ser analisado no bojo das disputas territoriais de diferentes cultivos. A esse respeito o próximo tópico dedicar-se-á postulando a Mobilidade Espacial do Trabalho inerente à Mobilidade Espacial do Capital.

## **A Mobilidade Espacial do Capital e do Trabalho**

Tanto a produção de melancia, quanto a produção de cana-de-açúcar se desenvolvem a partir do modelo químico dependente, baseado no monocultivo e na lógica produtivista: como observado esse modelo promove rebatimentos para a reprodução camponesa: as queimadas; o uso de agrotóxicos e a contaminação de solo, ar e água; entre outros aspectos importantes a serem pensados em outras agendas de pesquisa. Todavia a centralidade deste artigo é a compreensão do processo de mobilidade espacial do trabalho.

Silva (1999) analisa como historicamente a atividade do corte de cana vem sendo desenvolvida por trabalhadores oriundos especialmente da região Nordeste do país, o que se traduz no redirecionamento dos fluxos migratórios de região para região de acordo com a expansão da produção canavieira. Cabe considerar como fator de interpretação nesse processo a concentração de terras no país, as latentes desigualdades regionais e a ação setorial do Estado.

Na dinâmica populacional há influência também por meio da prática de arrendamento adotada pelas usinas que promovem o controle dos atores hegemônicos do Agronegócio Canavieiro sobre a disponibilidade das terras próximas à usina, tendo em vista, como já mencionado, que o fator logístico é fundamental na espacialização do cultivo. Desse modo, aqueles sujeitos com dificuldade de permanecer no campo, acabam se amarrando a contratos de arrendamento superior a nove anos sem perspectivas de voltarem a se fixar a terra – conforme constatado em pesquisas de campo realizadas no município. Observa-se nesse sentido a subordinação camponesa ao capital a partir da renda da terra.

No caso de Uruana, como já mencionado as principais usinas que estabelecem essa influência são a CRV Industrial no município de Carmo do Rio Verde e a Unidade do Grupo Farias em Itapuranga. Essas usinas foram instaladas ainda na década de 1970 com o Proálcool e foram reativadas nos anos 2000. As duas usinas são de capital nordestino assim como a mão-de-obra migrante empregada no corte de cana em Uruana – colocando em pauta a discussão da mobilidade espacial do trabalho e a mobilidade espacial do capital.

Esses elementos convidam a perceber a complexidade da mobilidade e diante desta realidade conduz a leituras a partir de elaborações teóricas por uma perspectiva neomarxista que compreenda o processo pelas necessidades do capital e enquanto uma das formas de exploração para acumulação. Trata-se então de uma discussão de classe que envolve para, além disso, raça, gênero e outras modalidades e elementos presentes na exploração do trabalhador e do camponês.

Carvalho (2017) compreende tal fato no bojo de um país com o congresso ruralista e conservador que legitima o projeto hegemônico de exploração, sendo a mobilidade consequência das demandas do capital, mas também um dos efeitos da concentração de terras e das desigualdades regionais que são neste caso funcionais. Assim, se a mobilidade do trabalho assume função histórica nos territórios hegemonzados pelo capital, a compreensão neoclássica de mobilidade a partir das motivações pessoais do indivíduo não dá conta da totalidade que se apresenta na realidade estudada.

Como esclarecem representantes do poder público e do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Uruana essa população flutuante tem crescido consideravelmente e se fixado cada vez mais ao município, sobretudo com o fim das estruturas de alojamento que eram disponibilizadas pelas usinas no começo do século 21.

Os trabalhadores que relataram suas respectivas histórias de vida, assim como os representantes da Pastoral do Migrante que atuaram no período de chegada desses sujeitos em Uruana apresentam o cenário de preconceito, resistência e dificuldade que enfrentaram e ainda enfrentam quanto às condições de trabalho e a garantia de seus direitos.

Algumas dessas experiências ficam evidentes em relatos, concedidos pelo – na época – coordenador da Pastoral do Migrante, a respeito do processo de chegada dos trabalhadores do corte de cana na região. Os relatos foram obtidos em pesquisa de campo desenvolvida no município de Uruana no ano de 2016:

Os migrantes da cana não estavam realmente acolhidos. No início quando começou a chegar a Carmo, o aluguel das casas subiram. Estavam hospedados aqui e lá. E tinha um hospital que não funciona mais. Então colocaram os migrantes lá dentro. [...] Bom, ficaram lá! Tinha cozinha, tinha coisas, mas estavam amontoados. Não me lembro quantos mas eram 80, 100. Então, bom, foi isso. Esse povo não estava acolhido. Até aqui em Uruana um dia, teve uma moça, uma mulher, não lembro quem, mas foi estuprada. E quem fez isso? “Foi os canavieiros!” [indicando os comentários da população local]. Mas quando isso aconteceu, foi antes deles chegarem. (CARVALHO, 2017, p.128).

Os efeitos da mobilidade espacial do trabalho evidentemente podem ser percebidos pela história oral e de vida de um sujeito que participou e viveu o processo junto aos trabalhadores. O relato feito pelo padre (coordenador) convida a pensar uma série de aspectos que dizem respeito à mobilidade como um todo, em diferentes escalas, pontuando a complexidade da análise espacial a partir da categoria Trabalho.

Os trabalhadores conduzidos por um “gato” (como denominam o agenciador de trabalho) deixam suas famílias em seus lugares de origem (principalmente estados das regiões Norte e Nordeste) e se dirigem em ônibus clandestinos ao seu destino. No município em que

vão trabalhar, são recebidos com preconceito e estranhamento da população local. Encaram elevados preços de alugueis e se submetem às péssimas condições de trabalho, alimentação e precários alojamentos.

A igreja apresenta-se como mediadora de resistência, a partir da Pastoral do Migrante, atuando na sensibilização de trabalhadores sobre seus direitos e fazendo-se presente junto aos sindicatos, aos alojamentos e às usinas; criando estratégias de sociabilidade. O padre relata sobre alguns desafios para se encontrarem com esses sujeitos: “*Uma vez, não soubemos como fazer. [...] eles saíam para trabalhar às 05h da manhã e voltavam às 04h30min, 05h da tarde, cansados, tomavam banho, comiam e bom, iam dormir porque no dia seguinte se levantavam às 04h da manhã para começar o dia*” (CARVALHO, 2017, p.128).

A intensa rotina de trabalho apresenta-se, portanto, como outro fator de precarização, não somente nas relações de trabalho no eito, como no processo de degradação da vida pessoal e sociabilidade desses sujeitos distantes de suas famílias. Ao longo dos anos, a Pastoral foi então desenvolvendo estratégias para superar esses desafios: jantares, missas, festas e outras formas de envolver trabalhadores e comunidade local, valorizando-se a cultura e os hábitos dos migrantes.

Somada a estas estratégias outras formas de (Re)Existências (MENDONÇA, 2012) foram se constituindo: como a alfabetização dos trabalhadores, interpretação das cartilhas de convenções e apoio nas greves. Segundo os relatos, essas experiências culminaram em contra-estratégias de desarticulação desses sujeitos por parte das usinas: como a rotatividade dos trabalhadores e a perseguição de lideranças.

Com a troca de lideranças, os novos integrantes apresentaram novos *modus operandi* e a Pastoral do Migrante foi, por conseguinte perdendo forças. Muitos trabalhadores constituíram nova família no estado de Goiás, outros estão há anos sem ver seus filhos, alguns trouxeram suas famílias – as mulheres em geral passaram a trabalhar em serviços domésticos; com o fechamento dos alojamentos esses trabalhadores passaram a dividir aluguel de casas, em alguns casos morando duas ou três famílias na mesma residência.

Estes trabalhadores, que possuem origens diversas, como pernambucanos, alagoanos, cearenses, baianos, paraibanos, maranhenses e potiguares em geral de 32 aos 53 anos, majoritariamente negros, analfabetos ou semianalfabetos, possuem suas vidas capturadas pelas estratégias de acumulação do capital. No enfrentamento do ganho por produtividade para possibilidade de sobrevivência, são submetidos ao adoecimento do corpo e da mente.

Os discursos como “*é trabalho para homem*”, “*é preciso muita força*”, “*não é pra qualquer um*” revelam a necessidade da pauta de gênero no âmbito da luta de classe. A construção social aprisiona também a vida desses sujeitos que se encontram no limo da exaustão e da resistência.

Por outro lado, o fluxo migratório de trabalhadores, não é somente de entrada, mas também de saída do município. Em pesquisa de campo realizada entre 2016 e 2017 identificou-se entre trabalhadores e representantes da pastoral a saída de pessoas de Uruana para a produção, mas principalmente para o carregamento de melancia em outros estados.

Para o agrônomo da Agência Rural do município e para os trabalhadores da região, a expansão canavieira tem provocado a saída de produtores e trabalhadores de experiência acumulada no monocultivo de melancia para outras regiões, como por exemplo, os estados de Tocantins, São Paulo e Mato Grosso. Desse modo, confirma-se cada vez mais que a mobilidade espacial do trabalho constitui-se enquanto uma das possibilidades de acumulação ampliada do capital, conforme já esclarecia Gaudemar (1977).

Observou-se em campo, que de modo geral os trabalhadores migrantes do corte de cana-de-açúcar não se dedicam ao carregamento de melancia em Uruana-GO, nem os trabalhadores de Uruana da colheita de melancia se dedicam ao corte de cana. Um dos jovens camponeses que trabalha na colheita de melancia afirma:

*[...] eu nunca trabalhei na cana, mas dizem que ganha bem também. Mas na melancia eu acho que é bem melhor. Pra quem trabalha na rama mesmo, igual eu trabalho, ganha duzentos e [...] acho que já tá duzentos e sessenta (R\$260,00) por caminhão. Aí depende do tanto de caminhão que faz né?! Tem lugar que faz cinco caminhão, seis. Tem lugar que faz até oito por dia né? Ai, já o cargueiro ganha separado. Ele ganha cento e cinquenta (R\$150,00) a carga. Ai, é o que eu tô te falando, vai do tanto de carga que faz né!? Mas dá pra fazer até sete carga por dia. (TRABALHO DE CAMPO, 2017).*

Outro trabalhador do monocultivo de melancia relata “*Em Tocantins trabalha só até meio dia uma hora, por causa que o sol lá é muito quente. [...] depois para e só volta no outro dia de novo. O povo da cana trabalha o dia todinho aqui*”. Um trabalhador do corte de cana, sobre o mesmo assunto, afirma: “*O jeito que a gente trabalha é bem diferente do povo que joga a melancia. Os dois é difícil! Mas a gente já acostumou com o nosso trabalho. E eles tá acostumado com o peso da melancia.*”.

Ainda que ambas as atividades sejam degradantes, observa-se que os trabalhadores não conseguem se adaptar aos diferentes monocultivos; por conseguinte, migram, acompanhando os

movimentos do capital. Em relatos de trabalhadores do município de Uruana identificou-se que os principais destinos são Anhumas - SP, Santa Fé de Goiás - GO e Lagoa da Confusão – TO, além de outros municípios das respectivas regiões. Os trabalhadores em geral são jovens e se dedicam principalmente à colheita e carregamento dos frutos nos caminhões que fazem o transporte para os mercados consumidores.

Assim como na cana-de-açúcar, os trabalhadores recebem maior remuneração conforme ao nível de submissão às intensas jornadas de trabalho. Para auferirem melhores rendimentos, compõem equipes menores para montar as cargas nos caminhões ou intensificam o trabalho para conseguir realizar mais cargas ao dia. Segundo relatos, em Uruana, trabalha-se com três trabalhadores na rama e um trabalhador em cima do caminhão organizando a carga. Quando possível, procuram trabalhar com apenas dois trabalhadores na rama, para otimizar a divisão do valor da carga.

Os produtores de melancia pagam aos trabalhadores o valor da passagem e os mesmos vão para os respectivos municípios e ficam em alojamentos no período da safra. Alguns trabalhadores relatam que recorrem a caronas em caminhões de carga para economizar o valor da passagem. Quando questionados sobre as diferentes etapas do processo produtivo, afirmam:

*Quem trabalha plantando, adubando esses trem geralmente é pessoa mais velha, menino novo que tá aprendendo. Porque pra fazer carga de melancia, esses trem é bem difícil. É poucas pessoas que dá conta. Ai sempre é as pessoa mais velha que mexe com plantar, zelar, que é mais fácil né? Ai fazer carga esses trem assim, a pessoa tem que aguentar mais serviço essas, coisa, porque o sol é muito quente, o esforço físico é muito. [...] Inclusive, quando a gente tá aprendendo, todas as pessoas quando aprende, no primeiro dia da câmbra, passa mal, umas fica internada, outras começa trabalhar não dá conta, para! Porque é um serviço bem cansativo, sabe? (TRABALHO DE CAMPO, 2017).*

Conforme observado no relato do trabalhador, bem como pesquisa de campo no município de Uruana no ano de 2013, muitas crianças e adolescentes - filhos de camponeses e produtores de melancia - trabalham nas lavouras com os homens da família, plantando, aplicando agrotóxicos e etc. Alguns produtores se dedicam no campo exclusivamente à produção de melancia, mas conforme relatos “*participamos na lida com os peões*”. A produção de melancia ocorre em terras próprias e terras arrendadas. O contrato diferente da cana é feito por safra e não por ciclos.

Diante disso, percebe-se que ao passo que há a ampliação da produção de cana-de-açúcar e o arrefecimento da produção de melancia, há o efeito direto na dinâmica socioespacial

de Uruana, com o atrelamento da mobilidade de trabalhadores em relação a mobilidade do capital.

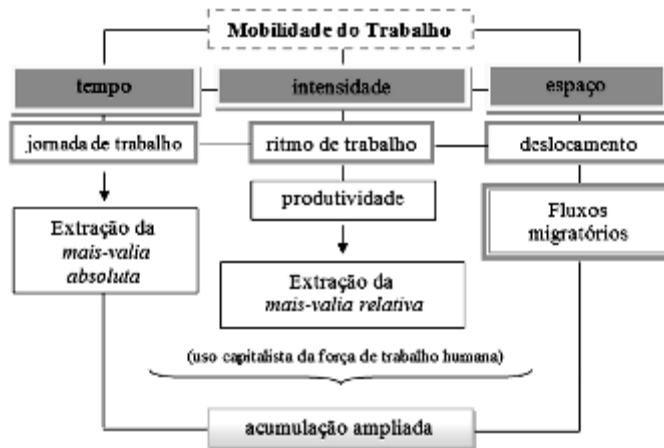
Para Becker (1997) a partir de Gaudemar (1977) a mobilidade do trabalho se dá, portanto em duas dimensões: a dimensão espacial (horizontal) e a dimensão social (vertical). Na dimensão horizontal entende-se a capacidade do trabalhador – sua força de trabalho, em conquistar novos espaços. Nesta dimensão cabe a possibilidade de concentração em pontos que a força de trabalho for mais útil à produção capitalista. Podendo as demandas do capital podem gerar fluxos centrífugos ou centrípetos.

Na dimensão social ou vertical, encontra-se a hierarquia do trabalho, entre setores da produção e funções do processo produtivo. Há uma mobilidade social “produzida ao nível espacial da transformação do trabalho” (BECKER, 1997, p. 336). Para elucidar, a autora cita o exemplo de um camponês que se torna assalariado. Cabe considerar então, que é possível vislumbrarmos município de Uruana, a mobilidade do trabalho em suas duas dimensões: espacial e social.

A partir de Marx, a autora compreende que as relações de produção capitalistas, são dependentes de um excedente populacional de trabalhadores, uma super população relativa conceituada por Marx por exército industrial de reserva. Para Harvey (2011) a permanente acumulação do capital, depende, portanto, de reservas de força de trabalho. Em outras palavras, o autor elucida que para o capital se reproduzir e expandir, o mesmo precisa deste exército. Acrescenta ainda que, esse exército de reserva deve ser “acessível, socializado e disciplinado [...] (isto é, [...] flexível, dócil, manipulável e qualificado quando preciso). Se essas condições não forem satisfeitas, então o capital enfrenta um sério obstáculo à acumulação contínua”. (HARVEY, 2011, p. 55).

Assim, os trabalhadores diante da impositiva competitividade de força de trabalho, entre humanos e máquinas, enfrentam a instabilidade e a mobilidade entre os setores da economia e os espaços, as péssimas condições de trabalho e o desemprego. Para Oliveira (2014) o mercado de trabalho do setor canavieiro é caracterizado pela forte presença de migrantes, principalmente nas atividades como o corte de cana. Desse modo, o mesmo entende que, como esses sujeitos compõem a maior parte de empregados agrícolas do país e frente à expansão do número de trabalhadores junto à expansão canavieira e a extinção de cargos, como a do corte manual, a partir da mecanização, torna-se importante, a análise sobre a mobilidade espacial desses trabalhadores.

Gaudemar (1977) *apud* Perpétua e Thomaz Júnior (2015) explicam que o processo de acumulação ampliada do capitalismo se dá em três dimensões - temporal, intensidade e espacial:



**Mapa Conceitual – Mobilidade do Trabalho**

Fonte: CARVALHO (2017, p.122).

É na dimensão temporal que se dá a extração da *mais-valia absoluta*, com a intensificação da jornada de trabalho. Além da possibilidade de acumulação ampliada com a extensão das jornadas de trabalho, observa-se uma segunda dimensão que corresponde a intensidade do trabalho, aumentando-se o ritmo de trabalho, em um sistema de produtividade que permite a apropriação da *mais-valia relativa*. “Nesse contexto, ainda que não haja alterações na jornada de trabalho, por meio de técnicas e tecnologias a produtividade é induzida, gerando de mesmo modo o uso capitalista da força de trabalho humana para a acumulação ampliada do capital” (CARVALHO, 2017, p. 117).

A dimensão espacial constitui-se como uma terceira possibilidade de uso capitalista da força de trabalho. A mesma é compreendida no bojo dos deslocamentos, entendendo os fluxos migratórios concertados pelas demandas do capital. Deste modo, a mobilidade espacial do trabalho e os efeitos inerentes a este processo, trata-se de uma das várias formas de exploração da força de trabalho. Perpétua e Thomaz Júnior, acrescentam ainda que:

A mobilidade espacial da força de trabalho, revela-se, [...] fortemente vinculada ao padrão de desenvolvimento espacial necessariamente desigual que se processa sob a égide do capitalismo, especialmente em países periféricos como o Brasil, a medida que tal desigualdade, significa diferenciação de níveis de emprego, renda, em suma, das condições de vida dos trabalhadores entre os diferentes espaços regionais (PERPÉTUA E THOMAZ JÚNIOR, 2015, p.06)



Tal realidade é evidenciada ao se analisar as origens e trajetórias dos cortadores de cana-de-açúcar, no contexto das desigualdades regionais do Brasil. Tudo isso, deve ser visto por dentro da ótica de acumulação ampliada do capital, entendendo que as desigualdades regionais são inerentes à economia capitalistas e, portanto não são *a priori* desta lógica, mas sim efeito da própria mobilidade e ação do capital, orquestrada por atores hegemônicos e subsidiados pelo Estado. Todavia, é importante compreender que

[...] esses trabalhadores não se reduzem a um lugar de passividade, conformismo, imobilismo frente ao sistema de exploração e dominação que estão envolvidos, mas se constituem enquanto sujeitos de sua história, uma história que se faz não como se quer, mas a partir de seu campo de possibilidades (MENEZES, 2011, p.58).

Desta feita, é preciso desvelar o mito da espontaneidade e identificar os efeitos perversos da migração. Estudando-se as trajetórias desses sujeitos, de suas origens à suas atuais condições, pautando-se suas conquistas demandas e desafios e os demais sujeitos envolvidos em todo processo.

Oliveira (2014) entende que a migração, em suas diferentes modalidades de arranjos, é coletiva. A família apresenta-se como importante fator de intenção, motivação e resistência. O que pôde ser observado nos fluxos migratórios de Uruana, ainda que apenas um membro da família migre ou toda a família. Na visão da Pastoral do Migrante, a família constitui-se como unidade comum que cumpre importante papel para a organização dos sujeitos, e todas as suas necessidades sendo, portanto motivação para a mobilidade. O autor supramencionado acrescenta também como motivações à mobilidade as “dificuldades para conseguir trabalho nas áreas de origem, apoio às pobres atividades agrícolas desenvolvidas também nessas regiões e estratégia para determinados objetivos específicos” (2014, p.381). Além do desemprego, destaca-se também a dificuldade de acesso às melhorias técnicas, a crédito e outros.

Lembrando-se que motivação e causa são distintos. Oliveira (2014b, p.382) explica que “as motivações se referem à ação individual frente aos constrangimentos impostos pelas causas da mobilidade espacial, relacionados às dimensões estruturais”. Desse modo, entende-se que motivados por suas famílias, trabalhadores saem e chegam à Uruana, por causa da mobilidade espacial do capital, que gera demandas em diferentes regiões.

### **Considerações Finais**

O município de Uruana assiste cada vez mais o processo de territorialização do Agronegócio em detrimento de práticas e cultivos que garantem a (re)produção camponesa. A

reconfiguração da produção de melancia, ao que concerne a inserção do modelo químico dependente e as relações de trabalho, bem como o próprio arrefecimento da produção sob a influência da expansão do cultivo de cana-de-açúcar no município, tem sido sintomático nesse sentido.

Os efeitos da expansão canavieira no município são visíveis na dinâmica populacional, nas paisagens e, sobretudo nas disputas territoriais latentes com o expressivo conflito pela água e pela terra, que se dá por meio de denúncias e manifestações quanto ao desmatamento, às queimadas, à extração hídrica, ao uso de agrotóxicos e etc.

A mobilidade espacial se constitui como apenas um dos efeitos da territorialização do Agronegócio Canavieiro. Ao passo que trabalhadores nordestinos chegam ao município para o corte de cana-de-açúcar enfrentando a precarização do trabalho, trabalhadores de Uruana saem da região em busca de oportunidades na produção de melancia em outras partes do país.

Na pesquisa foram identificadas as seguintes situações:

1 – Trabalhadores nordestinos que chegam com suas famílias à Uruana para o corte de cana-de-açúcar e permanecem na região;

2 – Trabalhadores nordestinos que chegam sem suas famílias à Uruana para o corte de cana-de-açúcar e continuam em intenso fluxo migratório dado a rotatividade nas usinas;

3 – Camponeses uruanenses que arrendam suas terras para a cana-de-açúcar e vão para a cidade sem perspectiva de retorno passando a viver de renda da terra;

4 – Camponeses uruanenses que permanecem em suas propriedades com o cultivo de melancia e outros cultivos e produções;

5 – Camponeses desterritorializados e ex-trabalhadores urbanos que se dedicam exclusivamente ao cultivo de melancia, por meio do aluguel de parcelas de propriedades camponesas (lembrando que estes trabalham junto ao cultivo, diferente do proprietário de usinas ou arrendatários do cultivo de cana-de-açúcar);

6 – Camponeses uruanenses que empregam mão-de-obra familiar em suas propriedades e alguns membros da família (especialmente filhos mais jovens) trabalham temporariamente no cultivo e colheita de melancia em Uruana e em outros municípios ou estados.

Percebe-se que a mobilidade espacial do trabalho se redireciona a partir da questão agrária e da mobilidade espacial do capital. Quanto a expansão do monocultivo de cana-de-

açúcar no município que tradicionalmente se configurou pela produção de melancia e outros, nota-se que esta tem provocado a desterritorialização de camponeses.

Camponeses arrendam suas terras e vão para a cidade com pouca ou nenhuma perspectiva de voltar para o campo, já que toda infraestrutura da propriedade é destruída para o cultivo de cana-de-açúcar. Mobilidade e Reestruturação Produtiva são, portanto, importantes agendas de pesquisa no que tange à discussão sobre a vida no campo.

## Referências

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. **Explorações Geográficas: percursos no fim do Século.** (Orgs). CASTRO, I. E. et al. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CARNEIRO, Fernando Ferreira *et al.* (Orgs.) **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. 624 p.

CARVALHO, Jéssyca Tomaz de. **A territorialização do Agronegócio e os impactos da produção de melancia em Uruana-GO.** Goiânia: UFG, 2013 – trabalho de conclusão de curso em Geografia.

CARVALHO, Jéssyca Tomaz de. **Os efeitos do Agronegócio Canavieiro e da Mobilidade Espacial do Trabalho no centro-norte goiano a partir do Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011).** Goiânia: UFG, 2017 – dissertação de mestrado em Geografia.

CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-GO – Brasil. *Élisée, Rev. Geo. UEG - Goiânia*, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012.

FERREIRA, Lara Cristine Gomes. **A evolução do setor sucroalcooleiro na microrregião Ceres (GO): dinâmica espacial e impactos socioeconômicos.** Goiânia: UFG, 2010 – dissertação de mestrado em Geografia.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital.**/ Jean-Paul de Gaudemar; tradução: Maria de Rosário Quintela. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **O complexo agroindustrial.** Revista Reforma Agrária, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo.**/ Luxemburg, Rosa; tradução Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.

MACÊDO, Marta de Paiva. **Uruana e sua dinâmica espacial recente**. Goiânia: UFG, 2001 – dissertação de mestrado em Geografia.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado goiano: as tramas, as (Re)Existências e a unicidade orgânica do trabalho. **Agroecologia: práticas e saberes**. (Org.) MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. 2 ed. – Catalão: Gráfica modelo 2012.

MENEZES, Bruna Bizarro. SCOPEL, Iraci. SOUSA, Marluce Silva. Plantio de cana-de-açúcar em solos arenosos: considerações sobre o uso e ocupação agrícola da bacia do Ribeirão Sujo, Serranópolis-GO. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**. Volume VI. Ano 2010. Oliveira (2014).

OLIVEIRA, Ricardo Antunes Dantas. Narrativas dos trabalhadores migrantes do corte de cana em São Paulo: algumas interpretações a partir das teorias migratórias. **Caminhos da migração: memória, integração e conflitos**. (Orgs.) PÓVOA NETO, Helion; [et al.] – 1 ed. Rio de Janeiro: Léo Cristiano Editorial, 2014.

PERPETUA, Guilherme Marini. THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A mobilidade da força de trabalho na territorialização do “deserto verde” – reflexões preliminares sobre o caso de Três Lagoas (MS). **Estudos do Trabalho**. Ano IX- Número 17 - novembro de 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. França. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do Século**. São. Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.